



Exma. Senhora
Dra. Mariana Gonçalves
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
N.º: 3291
Ent.: 7036

SUA COMUNICAÇÃO DE
03-11-2017

NOSSA REFERÊNCIA

DATA
05-03-2018

**ASSUNTO: Pergunta n.º 226/XIII, 3.ª, de 3 de novembro de 2017 - Grupo Parlamentar do CDS-PP
"Poluição no rio Tejo"**

Mariana Gonçalves

Em resposta à Pergunta n.º 226/XIII/3.ª, de 3 de novembro de 2017, formulada pelos Senhores Deputados Patrícia Fonseca e Álvaro Castelo Branco, do Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular (CDS-PP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1. **Tem V. Exa. conhecimento deste recente episódio de poluição das águas do rio Tejo? Já foram identificados e responsabilizados os agentes poluidores?**

O Ministério do Ambiente tem estado empenhado em assegurar uma gestão sustentável dos recursos hídricos, tendo conhecimento de situações denunciadas de poluição no Rio Tejo e das ocorrências de morte de peixe. Através dos organismos que compõem o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental, nomeadamente, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e também a Guarda Nacional Republicana/Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (GNR/SEPNA), tem acompanhado as situações denunciadas e reportadas pela fiscalização.

Relativamente ao episódio em apreço, a APA, I.P., foi informada da ocorrência de peixes mortos junto às Portas de Rodão, no dia 19 de setembro de 2017, e junto à barragem de Fratel, no dia 13 de outubro de 2017.

Em ambas as situações, a APA, I.P., efetuou, de imediato, uma deslocação ao local, juntamente com a GNR/SEPNA, tendo constatado ocorrência de um "bloom" de algas na albufeira de Fratel. Foi, também, efetuado o reconhecimento da área, não tendo sido constatada a ocorrência de qualquer descarga indevida nas margens da albufeira.

Aquando da ocorrência de setembro, foram efetuadas colheitas de amostras de água na albufeira de Fratel, albufeira de Belver e rio Tejo, nas estações da rede de monitorização da ARHTO, assim como a



recolha de uma amostra de peixe moribundo e encaminhamento para o Laboratório de Patologia de Animais Aquáticos do IPMA para análise. Em outubro, realizou-se a recolha de outra amostra de peixe, analisada pelo mesmo laboratório.

As conclusões do IPMA relativamente a ambas as amostras atribuem a morte de peixes na albufeira de Fratel, em setembro e em outubro, às temperaturas elevadas e aos baixos caudais que, associados às condições de luminosidade e concentrações elevadas de nutrientes, conduziram à ocorrência de “blooms” de algas, com presença abundante de cianobactérias e depleção de oxigénio dissolvido na água durante a noite.

A morte do peixe na albufeira de Fratel terá, assim, sido causada pelos baixos níveis de oxigénio associados à ação tóxica das microcistinas produzidas pelas cianobactérias.

2. Que medidas (eficazes e definitivas) estão a ser tomadas de modo a garantir que situações como esta não voltam a acontecer?

A gestão da qualidade da água no território nacional representa uma preocupação sempre presente que não resulta unicamente das obrigações legais a que o Estado está sujeito. A adequada gestão de recursos hídricos pressupõe também a gestão da qualidade das massas de água em geral, tendo em conta as características de cada massa de água, bem como de todas as pressões, qualitativas e quantitativas, a que os recursos hídricos estão sujeitos. É na avaliação conjunta de todos estes elementos que são determinadas as medidas de gestão que melhor asseguram não só o cumprimento de rigorosos objetivos de qualidade, mas também o uso adequado deste recurso, essencial para a toda sociedade.

No que se refere ao rio Tejo, para além do diagnóstico e definição do programa de medidas realizados no âmbito do Plano de Gestão de Região Hidrográfica, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, alterado e republicado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 novembro, têm vindo a ser, desde 2016, implementadas medidas preventivas e corretivas, assentes no estudo detalhado das fontes de poluição na bacia hidrográfica do rio Tejo que inclui a intensificação das ações de monitorização das massas de água, assim como alterações ao nível do tratamento de águas residuais de algumas indústrias. Estas ações permitiram que o Ministério do Ambiente adquirisse um conhecimento detalhado sobre o problema em questão e possibilitaram a adoção de um conjunto de medidas, no âmbito da designada Operação Tejo 2018 coordenada pelo Ministro do Ambiente, nomeadamente:

- Notificação da CELTEJO para reduzir em 50% o volume de efluente rejeitado e em 25% as cargas mássicas associadas aos parâmetros que constam nas condições da licença de descarga. Foram, ainda, estabelecidas condições adicionais no programa de autocontrolo;
- Levantamento topo-hidrográfico nas albufeiras de Fratel e Belver, que já foi concluído. Este levantamento serve de base ao desenvolvimento e implementação de um modelo matemático hidrodinâmico e de qualidade da água, por parte da Universidade Nova de Lisboa, o qual se constituirá como ferramenta de apoio para determinar a capacidade de carga da albufeira do



Fratel, considerando diferentes cenários de caudais afluentes, e ajustar as licenças de descarga em conformidade;

- Aumento da frequência e dos parâmetros abrangidos pela monitorização da qualidade da água do rio Tejo, entre Perais e Constância. Atualmente, a rede de estações de monitorização do Tejo é constituída por 20 pontos de amostragem, sendo que, em 2015, apenas se encontravam ativas 4 estações monitorizadas pelos concessionários;
- Notificação de 9 titulares de licenças de descarga com vista ao início do procedimento de revisão das mesmas.
- Realização de campanha de prospeção e amostragem de sedimentos do rio Tejo, no troço Vila Velha de Ródão - Belver, já concluído, que permitiu identificar a existência de 30.000 m³ de sedimentos depositados no fundo do rio Tejo. Desses 30.000 m³, cerca de 12.000 m³ localizam-se junto à zona envolvente do emissário de Vila de Velha de Ródão, aos quais acrescem 5.000 m³ e 14.000 m³ localizados no Cais do Arneiro e a 2 km a montante da Barragem do Fratel, respetivamente;
- Iniciámos a remoção destes sedimentos com meios de pequena dimensão (volume removido = 60 m³). Estão a ser desenvolvidos os trabalhos preparatórios necessários à remoção de sedimentos através de equipamentos mais eficientes (requisição de terreno, montagem do estaleiro, fornecimento de materiais e draga).

3. Pondera V. Exa. reforçar as competências fiscalizadoras da IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) e da Agência Portuguesa do Ambiente, de modo a que possam ser tomadas medidas coercivas mais eficazes e dissuasoras deste tipo de ações?

Para fazer face aos incidentes de poluição no rio Tejo, este Governo criou, em janeiro de 2016, a Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição no rio Tejo. Esta Comissão procedeu a uma avaliação e diagnóstico das situações com impacto direto na qualidade da água do rio Tejo e seus principais afluentes; promoveu a elaboração e execução de uma estratégia de atuação conjunta e partilhada entre entidades para fazer face aos fenómenos de poluição; e propôs um conjunto de medidas conducentes a uma maior e efetiva capacidade de atuação da Administração face aos problemas identificados.

Em termos gerais, e face ao que existia no caso específico da bacia hidrográfica do Tejo, este Governo promoveu as seguintes ações:

- Aumento do esforço de monitorização, com mais parâmetros e pontos de amostragem e maior frequência;
- Identificação dos troços mais críticos, de modo a promover uma atuação mais focada com respostas mais eficazes para as situações específicas existentes;



- Reforço do investimento na área do Ciclo Urbano da Água.

Para além disso, em 2017, criou o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental, com a participação da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's), do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e também da Guarda Nacional Republicana/Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (GNR/SEPNA), o que permitiu:

- Maior racionalidade e eficácia na distribuição dos "alvos" pelas diferentes entidades;
- Mais e melhor monitorização das listas de "alvos" por cada entidade (maior escrutínio);
- Maximização dos resultados obtidos através da partilha de conhecimento e das sinergias criadas;
- Alteração do paradigma de atuação, dando precedência às medidas preventivas de proteção ou reposição da situação antes da infração em relação à mera aplicação de coimas;
- Incremento das relações com a Procuradoria-Geral da República, tendo em vista uma maior sensibilização para as consequências da violação dos valores ambientais.

O número de ações de fiscalização e inspeção, em Portugal Continental, aumentou 124% entre 2015 e 2017, traduzindo-se num aumento do número de autos de notícia e de processos de contraordenação instaurados. Na bacia Hidrográfica do Tejo, foram realizadas, em 2017, 416 ações de fiscalização e inspeção ambiental, o que corresponde a cerca de um terço do total de ações realizadas no país.

Salienta-se, ainda, que o PNFA de 2018 vai privilegiar duas áreas de intervenção consideradas prioritárias: água e resíduos. Em 2018, o número de ações de inspeção/fiscalização a realizar cifrar-se-á em cerca de 1.400 alvos, em linha com o número planeado para 2017.

O Ministério do Ambiente continuará a acompanhar a evolução da qualidade da água no rio Tejo e a atuar em conformidade, através da execução das ações de monitorização e de fiscalização/inspeção e da revisão das licenças de descarga, bem como no acompanhamento dos investimentos previstos e das candidaturas aprovadas para a Bacia Hidrográfica do Tejo, que visam contribuir para a melhoria da sua qualidade.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa